



ATA RELATIVA À SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA

MUNICIPAL REALIZADA A

30 DE OUTUBRO DE 2023



ATA RELATIVA À SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA A

30 DE OUTUBRO DE 2023

No dia trinta de outubro do ano de dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas, no piso superior do Cineteatro Vianense, reuniu a Assembleia Municipal deste concelho, em sessão extraordinária, tendo como ordem de trabalhos os seguintes pontos:

- 1) Proposta de aprovação da ata em minuta no final da sessão;
- 2) Proposta de atribuição de despesas de representação ao Chefe da Divisão de Gestão de Recursos da câmara Municipal de Viana do Alentejo, nomeado em regime de substituição com efeitos desde 4 de setembro de 2023;
- 3) Proposta de aprovação da 4ª alteração modificativa ao Orçamento da Receita;
- 4) Proposta de aprovação da 4ª alteração modificativa ao Orçamento da Despesa;
- 5) Proposta de aprovação da 3ª alteração modificativa ao Plano de Atividades Municipais;
- 6) Proposta de aprovação da 4ª alteração modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos;
- 7) Proposta de vinculação ao Mapa de Pessoal do Município de Viana do Alentejo de Trabalhadora Contratada a Termo Incerto transferida no âmbito das competências no domínio da Saúde – Reconhecimento de necessidades permanentes.
- 8) Proposta de aprovação da 1ª alteração ao Mapa de Pessoal para 2023 (decorrente da candidatura à medida “Radar Social” – Componente 03 – Respostas Sociais no Investimento RE-CO3 –I01 – Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais do Plano de Recuperação e Resiliência);
- 9) Proposta de aprovação de contratação de empréstimo de M/L prazo no montante de 1.155.221,77€ destinado à componente de equipamentos do Projeto de Construção da Central de Valorização Orgânica de Biorresíduos a realizar pela AMCAL- Associação de Municípios do Alentejo Central;



- 10)** Proposta de aprovação de contratação de empréstimo de M/L prazo no montante de 1.159.851,91€ destinado à componente de Construção Civil do Projeto de Construção da Central de Valorização Orgânica de Biorresíduos a realizar pela AMCAL- Associação de Municípios do Alentejo Central;

O senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

O primeiro secretário da Mesa procedeu à verificação das presenças, estando presentes os seguintes membros: -----

- Estevão Manuel Machado Pereira, que presidiu; -----
- Marília de Jesus Vaz Rasquinho, na qualidade de primeiro secretário; -----
- Nuno José Caeiro Grave, na qualidade de segundo secretário; -----
- Vítor Miguel Lôpas Fialho; -----
- Sara Patrícia Galega Rodrigues -----
- José Jacinto Bento Grave -----
- Marta Sofia São Pedro Figueiredo Lopes Rebocho -----
- José Francisco Ramalho Oliveira -----
- Celeste Teresa Cavalete Gomes Patinhas-----
- João Pedro Valério Parra Martinho Antunes-----
- Manuel Jorge de Matos Rafael -----
- Cecília Isabel Pinto Lopes-----
- Célia do Carmo Mendes Remourinho Peres Sabino-----
- Ricardo Filipe Malagão Soldado-----
- João de Deus Carapeto Fialho-----
- Rosinda de Fátima Bandarra Gaio, Presidente da Junta de Freguesia de Aguiar -----
- Frederico Miguel Claudino Nunes de Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas -----
- Tânia Alexandra Candeias Milhano, Secretária da Junta de Freguesia de Viana do Alentejo -----

O membro António Manuel Dimas Grosso, mediante requerimento dirigido ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, fez-se substituir pelo membro José Jacinto Bento Grave. -----

O membro José Fernando Nazaré Pereira, mediante requerimento dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, fez-se substituir pelo membro José Francisco Ramalho Oliveira-----

O membro Joana de Carvalho Galvão, mediante requerimento dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, fez-se substituir pelo membro Manuel Jorge de Matos Rafael. -



Em representação da Câmara Municipal esteve o seu Presidente, tendo estado também presentes todos os Vereadores. -----

Antes do início da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia propôs um minuto de silêncio em memória do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Viana do Alentejo, Vasco Miguel Teles Fialho, recentemente falecido. -----

Tratando-se de uma sessão extraordinária, entrou-se de imediato na Ordem de Trabalhos: -

Ponto um) Proposta de aprovação da ata em minuta no final da sessão – A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a ata em minuta no final da sessão, nos termos do n.º 3 do artigo 57º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual. -----

Ponto dois) Proposta de atribuição de despesas de representação ao Chefe da Divisão de Gestão de Recursos da câmara Municipal de Viana do Alentejo, nomeado em regime de substituição com efeitos desde 4 de setembro de 2023 – O Senhor Presidente da

Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que disse nada ter a acrescentar à documentação que tinha sido enviada aos membros do órgão. Caso houvesse alguma dúvida, estaria disponível para esclarecer. -----

O membro Nuno Grave usou da palavra e solicitou esclarecimento sobre o penúltimo parágrafo do documento que, no seu ponto de vista, tinha um erro de redação. No documento enviado, onde se lia “submete-se à Câmara Municipal a proposta de submissão à Assembleia Municipal ...”, deveria ler-se “submete-se à Assembleia Municipal a proposta de atribuição de despesas de representação... -----

O Senhor Presidente da Assembleia interveio e referiu que aquela proposta tinha sido submetida a aprovação da Câmara Municipal. O texto não seria o mais adequado, contudo o conteúdo seria igual – disse. -----

Não havendo mais intervenções neste ponto da Ordem de Trabalhos, e submetido a votação, a proposta foi aprovada com 11 votos favoráveis por parte dos eleitos da CDU (Estêvão Pereira, Marília Rasquinho, Vítor Fialho, Sara Rodrigues, Marta Rebocho e Rosinda Gaio) e do VIVA (Cecília Lopes, Célia Sabino, Ricardo Soldado, João Fialho e Frederico Carvalho) e seis abstenções por parte dos eleitos do PS (Nuno Grave, José Oliveira, Celeste Patinhas, João Antunes, Manuel Rafael e Tânia Milhano). Não votou o membro José Jacinto Grave por se encontrar impedido. -----

Ponto três) Proposta de aprovação da 4ª alteração modificativa ao Orçamento da Receita

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para que esclarecesse o ponto em questão. -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que estas alterações eram muito fáceis de explicar. Assim, disse que “ao longo do ano, este dinheiro foi retirado das rubricas, à medida que foi



sendo necessário para algumas despesas que não estavam previstas”. Com a entrada desta receita, o dinheiro foi resposto nas rubricas, ou seja, foi apenas a restituição das verbas já utilizadas. -----

Não havendo qualquer intervenção neste ponto, o documento foi submetido a votação, tendo sido aprovado com treze votos favoráveis, por parte dos eleitos da CDU (Estêvão Pereira, Marília Rasquinho, Vítor Fialho, Sara Rodrigues, Marta Rebocho, José Jacinto Grave e Rosinda Gaio) e do PS (Nuno Grave, José Oliveira, Celeste Patinhas, João Antunes, Manuel Rafael e Tânia Milhano) e cinco abstenções por parte dos eleitos do VIVA (Cecília Lopes, Célia Sabino, Ricardo Soldado, João Fialho e Frederico Carvalho). -----

Ponto quatro) Proposta de aprovação da 4ª alteração modificativa ao Orçamento da Despesa – O Senhor Presidente da Câmara voltou a intervir e explicou que “aqueles pontos todos tinham uma ligação”. O ponto anterior referia-se à Receita e este tratava da Despesa. -----

O Senhor Presidente da Assembleia usou da palavra e aludindo às palavras do Senhor Presidente da Câmara, disse que, em seu entendimento, o ponto três era uma alteração ao Orçamento da Receita e os pontos quatro, cinco e seis eram a distribuição dessa Receita (ponto três), pelos vários documentos de despesa, nomeadamente, Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades Municipais. -----

Desta forma, “falava-se do mesmo dinheiro, o primeiro para dar entrada e os restantes para alocar às várias rubricas” - disse. -----

Não se registando qualquer intervenção, o ponto foi submetido a votação, sendo aprovado com sete votos a favor, por parte dos eleitos da CDU (Estêvão Pereira, Marília Rasquinho, Vítor Fialho, Sara Rodrigues, Marta Rebocho, José Jacinto Grave e Rosinda Gaio) e onze abstenções por parte dos eleitos do PS (Nuno Grave, José Oliveira, Celeste Patinhas, João Antunes, Manuel Rafael e Tânia Milhano) e dos eleitos do VIVA (Cecília Lopes, Célia Sabino, Ricardo Soldado, João Fialho e Frederico Carvalho). -----

Ponto cinco) Proposta de aprovação da 3ª alteração modificativa ao Plano de Atividades Municipais – Com sete votos favoráveis, por parte dos eleitos da CDU (Estêvão Pereira, Marília Rasquinho, Vítor Fialho, Sara Rodrigues, Marta Rebocho, José Jacinto Grave e Rosinda Gaio) e onze abstenções, por parte dos eleitos do PS (Nuno Grave, José Oliveira, Celeste Patinhas, João Antunes, Manuel Rafael e Tânia Milhano) e dos eleitos do VIVA (Cecília Lopes, Célia Sabino, Ricardo Soldado, João Fialho e Frederico Carvalho). -----

Ponto seis) Proposta de aprovação da 4ª alteração modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos- Com sete votos favoráveis, por parte dos eleitos da CDU (Estêvão Pereira, Marília Rasquinho, Vítor Fialho, Sara Rodrigues, Marta Rebocho, José Jacinto Grave e Rosinda Gaio) e onze abstenções, por parte dos eleitos do PS (Nuno Grave, José Oliveira, Celeste Patinhas, João Antunes, Manuel Rafael e Tânia Milhano) e dos eleitos do VIVA (Cecília Lopes, Célia Sabino, Ricardo Soldado, João Fialho e Frederico Carvalho). -----



Ponto sete) Proposta de vinculação ao Mapa de Pessoal do Município de Viana do Alentejo de Trabalhadora Contratada a Termo Incerto transferida no âmbito das competências no domínio da Saúde – Reconhecimento de necessidades permanentes – O

Senhor Presidente da Câmara, mediante indicação do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que o Centro de Saúde tinha contactado o executivo, pelo facto de haver uma trabalhadora “que tinha um contrato no âmbito do Covid”. -----

Proseguindo, o Senhor Presidente disse que, como seria do conhecimento geral, todos os contratos em tempo de Covid, eram contratos por tempo indeterminado. Findo o tempo de pandemia, alguns desses contratos, a partir de 2023 seriam extintos. -----

No caso do Centro de Saúde, a preocupação reside na possibilidade daquele lugar ficar vago, uma vez que a trabalhadora em causa não passou para os quadros do Município, como aconteceu com outros trabalhadores por ocasião da passagem das novas competências. -----

Por este motivo, este ponto é submetido a votação para que a Câmara possa “abrir este lugar no Mapa de Pessoal” –disse. -----

A verba para o lugar da trabalhadora já estava a ser transferida, pelo que nada acrescentaria ao Orçamento da Câmara. -----

O Senhor Presidente da Câmara acrescentou que dada a necessidade de funcionários(as) neste serviço, o Centro de Saúde corria o risco de encerrar o Polo de Saúde em Alcáçovas. -

Após a explicação do Senhor Presidente, usou da palavra o membro Cecília Lopes, que começou por saudar todos os presentes. Em nome da bancada do VIVA, lamentou a situação, uma vez que esta ia alterar o Mapa de Pessoal e este já “tinha andado para trás e para a frente” porque houve a preocupação de se construir um Mapa de Pessoal que não sobrecarregasse o Município. Surgia, agora, uma situação que deveria ter sido contemplada, pois, “vinha das transferências que tinham vindo para o Município” - disse. --

Continuando a sua intervenção, o membro Cecília Lopes considerou que o sucedido “era um erro e que se fossem aparecendo mais, o Mapa de Pessoal iria sendo aumentado”. -----

O referido membro disse que a bancada do VIVA nada tinha a opor em relação a esta questão, em concreto, mas que “isto não tinha lógica”, visto que o Mapa tinha sido estudado pormenorizadamente, de forma a ser viabilizado. -----

O VIVA iria aprovar, mas esta não era uma situação agradável-afirmou. -----

Concluindo, reforçou que se deveriam acautelar estas situações porque o Mapa de Pessoal não podia ser alterado, sempre que surgissem casos que não fossem considerados “quando deveriam ter sido”. Se as competências tinham sido transferidas para o Município, o lugar constava do mapa de Pessoal. Para além disso, as verbas estavam a ser transferidas e os vencimentos eram pagos com aquelas verbas, logo, o lugar já existia. -----

Assim, disse que “não poderiam estar abertos a muitas situações como esta e aconselhou a que os assuntos fossem objeto de um estudo mais aprofundado para evitar “cair-se em situações semelhantes”. -----



De seguida, verificou-se a intervenção do membro Nuno Grave que começou por dizer que a Assembleia Municipal era um órgão deliberativo e na proposta que era apresentada naquele ponto da Ordem de Trabalhos, apareciam alguns termos que considerou como inadequados, designadamente, “vinculação” e “reconhecimento” porque a Assembleia Municipal era um órgão deliberativo. -----

O membro Nuno Grave sublinhou que não era o posto de trabalho que estava em causa. --- Na opinião da bancada do PS, a designação correta seria “Proposta de Alteração ao Mapa de Pessoal e não “Proposta de Vinculação ao Mapa de Pessoal “-----

O Senhor Presidente respondeu ao membro Cecília Lopes, afirmando que discordava do seu ponto de vista. Explicou que aquela situação tinha sido colocada havia cerca de um mês e que o contrato ainda não tinha terminado e até poderia continuar. Sendo um contrato no âmbito do Covid, corria o risco de terminar inesperadamente e essa era a preocupação do Centro de Saúde, quando contactou o Município. Neste sentido, disse o Senhor Presidente que estariam a tempo de corrigir e que as Assembleias permitiam a alteração ao Mapa de Pessoal, cada vez que fosse necessário. “O Mapa de Pessoal não é um documento fixo que se aprova no início do ano e que só volta a ser aprovado, ou não, no final do ano” - afirmou. -----

Em resposta ao membro Nuno Grave, o Senhor Presidente disse que “era uma questão de redação, mas que era para vincular um posto de trabalho”. De qualquer forma, não via nenhum problema se a Assembleia quisesse alterar a redação da proposta. -----

Interveio, de seguida, o Senhor Presidente da Assembleia que se referiu à redação do ponto e disse que o fundamental do que estava naquela proposta eram os dois pontos que se apresentavam, sendo que um deles “vinha diretamente do executivo e propunha à Assembleia Municipal o reconhecimento do posto de trabalho suprarreferido como necessidade permanente e o seu aditamento ao Mapa de Pessoal do Município de Viana do Alentejo”. -----

O Senhor Presidente da Assembleia disse que se percebia que era um pedido de alteração do Mapa de Pessoal, embora a redação não fosse a mais usual. De qualquer forma, referiu que não tinha quaisquer dúvidas quanto à proposta apresentada. -----

Continuando a sua intervenção, acrescentou que tinha percebido nos documentos que analisou que, caso o ponto seja aprovado e o lugar acrescentado ao Mapa de Pessoal, o objetivo do Município será abrir concurso. Este concurso será “especial “porque à semelhança desta situação com esta trabalhadora, haverá outras também com este tipo de contrato. -----

Assim, o concurso que irá abrir será para um lugar e só poderão concorrer pessoas que estejam na mesma situação, com o mesmo tipo de contrato. -----

Concluindo, o Senhor Presidente da Assembleia disse que se estava a propor à Assembleia Municipal que aceitasse uma alteração ao Mapa de Pessoal, com vista à criação daquele lugar de Assistente Operacional para desempenhar funções no Centro de Saúde de Viana do Alentejo. -----



O ponto foi submetido a votação, tendo sido aprovado com treze votos favoráveis, por parte dos eleitos da CDU (Estêvão Pereira, Marília Rasquinho, Vítor Fialho, Sara Rodrigues, Marta Rebocho, José Jacinto Grave e Rosinda Gaio) e do PS (Nuno Grave, José Oliveira, Celeste Patinhas, João Antunes, Manuel Rafael e Tânia Milhano) e cinco abstenções por parte dos eleitos do VIVA (Cecília Lopes, Célia Sabino, Ricardo Soldado, João Fialho e Frederico Carvalho).-----

Ponto oito) Proposta de aprovação da 1ª alteração ao Mapa de Pessoal para 2023 (decorrente da candidatura à medida “Radar Social” – Componente 03 – Respostas Sociais no Investimento RE-CO3 –I01 – Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais do Plano de Recuperação e Resiliência) - O Senhor Presidente da Câmara interveio e recordou que aquele assunto já tinha sido submetido a aprovação da Assembleia Municipal, mas tinha suscitado algumas dúvidas no que se refere à sua redação. Por indicação do Chefe de Divisão, o assunto foi, novamente, incluído na Ordem de Trabalhos, com as devidas correções, evitando, assim, que surgissem mais dúvidas. -----

O Senhor Presidente da Assembleia usou da palavra e disse que continuavam a estar em causa os mesmos dois lugares, pelo mesmo período de tempo que já tinha sido, previamente, definido. -----

O Senhor Presidente da Câmara voltou a intervir para informar que, em reunião de Câmara, constatou-se que num dos postos de trabalho não era referido que não poderiam ser ultrapassados os 27 meses, pelo que houve essa atenção e correção, tendo sido registado que o contrato poderia ser renovado ao fim de 12 meses, sem ultrapassar os 27 meses. -----

O Senhor Presidente da Câmara voltou a intervir para informar que, em reunião de Câmara, constatou-se que num dos postos de trabalho não era referido que não poderiam ser ultrapassados os 27 meses, pelo que houve essa atenção e correção, tendo sido registado que o contrato poderia ser renovado ao fim de 12 meses, sem ultrapassar os 27 meses. -----

Seguiu-se a intervenção do membro João Antunes, que cumprimentou todos os presentes e começou por dizer que a medida Radar Social estava inserida num vasto conjunto de programas de iniciativas do Governo do Partido Socialista e do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. -----

Disse que era um programa bastante útil, oportuno e pertinente. -----

Na última Assembleia Municipal, tal como tinha sido referido pelo Senhor Presidente da Câmara, este assunto trazia algumas lacunas na fundamentação, pelo que o Partido Socialista se absteve na votação. Considerando todo o trabalho que será realizado será em benefício dos munícipes do Concelho de Viana do Alentejo, e sendo um programa financiado a 100% pelo Ministério, a nível dos Recursos Humanos e de mais alguns equipamentos que podem ser adquiridos, em sua opinião, existiam todas as condições para que o sentido de voto, para esta proposta, fosse favorável. -----

O membro Célia Sabino interveio e, em representação dos eleitos do VIVA, disse que iriam viabilizar e votar favoravelmente o referido ponto, tendo em conta que o mesmo vinha no seguimento do que tinha sido tratado na reunião anterior. -----

Disse que fazia todo o sentido que o Município desenvolvesse aquele projeto, com Técnicos Superiores, até porque não iria acarretar mais custos para o Município, dado que eram contratos a termo certo. -----



O membro Nuno Grave usou da palavra e referiu que “a vinda daquele ponto na Ordem de Trabalhos daquela sessão extraordinária da Assembleia Municipal, vinha dar razão à bancada do Partido Socialista, na análise que tinha feito, na última Assembleia, realizada a 8 de setembro de 2023”. -----

O membro Nuno Grave recordou que, na sua intervenção, a bancada do partido Socialista tinha referido “e bem” que o ponto que deveria estar a ser discutido e votado naquela altura seria a aprovação do Mapa de Pessoal e não a aprovação de uma candidatura. -----

A bancada do Partido Socialista absteve-se e deixou uma declaração de voto, na qual era referido que os membros do PS consideravam que “o ponto estava invertido, pois a proposta de aprovação daquela candidatura não necessitava de ter aprovação da Assembleia Municipal “. Citando o artigo 25º da Lei 75/2013, o membro Nuno Grave afirmou que aquela competência era da Câmara Municipal. Para o órgão Assembleia Municipal, o que deveria estar em discussão seria a alteração ao Mapa de Pessoal. -----

Disse que a bancada do partido Socialista tinha viabilizado aquele ponto através da abstenção, tendo em conta o trabalho que seria realizado em benefício dos munícipes do Concelho de Viana do Alentejo. -----

A concluir, disse que aquela situação poderia e deveria ter ficado resolvida há cerca de dois meses, pois, desta forma quem ficou prejudicado foram os munícipes que poderiam ter usufruído daquele programa. -----

Considerou que poderiam existir algumas dificuldades e alguma desorganização na conceção dos pontos que são submetidos a aprovação da Assembleia Municipal. -----

Após a intervenção do membro João Antunes, o Senhor Presidente da Câmara questionou a Senhora Vereadora Paula Neves, quanto ao início do programa. -----

Segundo as indicações da Senhora Vereadora, o Senhor Presidente disse que “ninguém tinha ficado prejudicado porque o programa ainda não tinha começado”. -----

O Senhor Presidente acrescentou que o ponto foi analisado e seguiram-se as correções sugeridas, pelo que voltou à Assembleia para aprovação. Se estivesse em causa o facto de se poder prejudicar os munícipes pela demora no início do programa, talvez não se tivesse procedido da mesma forma – disse. -----

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade. -----

Ponto nove) Proposta de aprovação de contratação de empréstimo de M/L prazo no montante de 1.155.221,77€ destinado à componente de equipamentos do Projeto de Construção da Central de Valorização Orgânica de Biorresíduos a realizar pela AMCAL- Associação de Municípios do Alentejo Central – Neste ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara referiu que, na realidade, este ponto e o ponto dez eram idênticos, pelo que a explicação seria a mesma para os dois pontos. -----

De seguida, solicitou ao Dr. Vítor Picado, presente na sessão e que já tinha estado também em reunião de Câmara, que esclarecesse este assunto e elucidasse a Assembleia sobre o mesmo. -----

Assim, far-se-ia a explicação conjunta dos dois pontos, que seriam votados separadamente.



No uso da palavra e começando por saudar todos os presentes e a todos os que assistiam à distância, o Dr. Vítor Picado manifestou o seu agrado por estar presente na sessão. -----
Referiu que era importante perceber o nível de investimento para aquele projeto, que é considerado um projeto de futuro por todos os Municípios constituintes da AMCAL – Associação de Municípios do Alentejo Central. -----
Neste âmbito, explicou que a AMCAL se constituía como uma extensão dos Municípios que intervêm nas mais diversas áreas, como é o caso da gestão de resíduos em alta, do serviço de metrologia, ou seja, a aferição de balanças, serviço de Património e Cultura, bem como outras áreas de intervenção onde seja necessário ganhar escala para ajudar os Municípios. Até 2010, tiveram também o serviço de água e saneamento de abastecimento. -----
Disse que aquele projeto tinha por base diretrizes europeias e tinha começado nos anteriores mandatos municipais. -----
O Dr. Vítor Picado referiu-se à recolha seletiva porta-a-porta, de forma a enquadrar o assunto e expressou o seu orgulho pelo sistema AMCAL que é o único, a nível nacional a ter todo o seu território coberto por um sistema de recolha seletiva porta-a-porta, com excelentes resultados. No âmbito deste programa de recolha, foi feito no Município de Viana do Alentejo um investimento na ordem dos 282 mil euros e os resultados “estão à vista” –disse. -----
Foi referida a colaboração com o Município de Viana do Alentejo, através da Técnica Tânia Delgado, que lhe facultou alguns dados muito importantes, de forma a perceber-se aquilo que o “Município já poupou”. Salientou a importância de se continuar com a comunicação e referiu que, recentemente, tinham conseguido novos aderentes, o que era bastante positivo. -----
O Dr. Vítor Picado apresentou os resultados deste serviço de recolha e informou que de outubro de 2021 a setembro de 2022 foram recolhidas 67 toneladas de embalagem e de outubro de 2022 a setembro de 2023 aumentaram mais 34 toneladas. -----
Relativamente aos indiferenciados, os resultados “eram muito bons”, o que se traduziu numa redução de encargos para o Município em cerca de 11 mil euros. Isto significa que o investimento está a ter os resultados esperados e que o objetivo seria continuar a crescer e poupar muito dinheiro ao Município. -----
Em face disto, o Dr. Vítor Picado disse que tinha surgido “uma nova oportunidade que era um grande desafio e que também tinha por base as diretrizes europeias”. Esta construção da Central de valorização orgânica era dos maiores investimentos a nível nacional, de cerca de 8 milhões de euros e derivava da diretiva do quadro de resíduos que estabelecia até 31 de dezembro de 2023, a obrigatoriedade da recolha de biorresíduos e do tratamento dedicado a biorresíduos. Neste sentido, os Municípios da AMCAL tinham decidido “colocar-se em campo” para se avançar para um projeto daquela natureza- disse. -----
No caso de Viana do Alentejo, a estratégia tinha sido definida no âmbito do estudo para os sistemas de recolha de biorresíduos dos cinco Municípios da AMCAL (Alvito, Portel, Viana do Alentejo, Cuba e Vidigueira), financiado pelo fundo ambiental. A partir desta valorização



orgânica dos biorresíduos recolhidos seletivamente, prevê-se a produção de um composto para reintrodução no círculo biológico, ou seja, Economia Circular. -----

Referiu que havia uma boa aceitação por parte dos agricultores que queriam experimentar aquele composto na agricultura e isso era motivo para os deixar otimistas, relativamente àquele investimento que estavam a fazer. Este investimento pretendia a valorização orgânica dos resíduos alimentares e resíduos verdes, redução de posição em aterro e a produção do composto a partir do processamento dos biorresíduos e a melhoria do desempenho do sistema com reflexos na qualidade ambiental e na qualidade de vida das populações. -----

Prosseguindo a sua explicação, o Dr. Vítor Picado referiu que, para um investimento desta natureza necessitavam de verbas e tinham estado a desenvolver um conjunto de parcerias com os Municípios e chegaram à fase de contrair dois empréstimos, um para a construção civil e outro para equipamentos, cujos documentos eram do conhecimento de todos os membros. Contactadas as entidades bancárias, a proposta que tiveram era até dois anos de período de carência, em que só há lugar ao pagamento de juros e depois o pagamento das verbas referentes, estando a AMCAL “na retaguarda a suportar estes empréstimos e os Municípios ressarciam a AMCAL do mesmo valor. -----

O Dr. Vítor Picado acrescentou que este investimento tinha de estar pronto até ao final de 2023 e deixou o convite a todos os presentes para visitarem aquele importante investimento. -----

Salientou, ainda que, pelo facto de “tudo estar a correr bem “, tinham tido a informação por parte do POSEUR – Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, que a parte não elegível, naquele momento, já se encontrava elegível. Nesta perspetiva, explicou que por esse motivo, os Municípios “não tinham de pôr nada dos seus Orçamentos Municipais para aquele projeto”. -----

Afirmou que continuariam a trabalhar e que tinham uma prorrogação de prazo até 15 de dezembro de 2023, tendo a AMCAL já suportado grande parte das despesas da parte não participada. Por tudo isto, disse que acreditava que tudo iria correr da melhor forma e que a obra seria terminada dentro do tempo previsto. -----

Contou que tinham tido a visita surpresa do consórcio que estava a trabalhar neste projeto e que lhes garantiu que a obra estaria terminada dentro do prazo limite. Se isso se verificar, significa que iriam receber um financiamento “muito próximo dos 100% da totalidade daquele investimento”. Enquanto “aquele financiamento não vier, será a tesouraria da AMCAL a suportar, quase na totalidade, sem recorrer a empréstimos bancários. A parte não participada precisa de “ajuda para este empréstimo”.

A terminar a sua intervenção, disse que todos deveriam estar muito orgulhosos daquele investimento e que estes projetos só se conseguem com a colaboração dos Municípios e dos seus técnicos. -----

O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu a presença e disponibilidade do Dr. Vítor Picado e a também clareza com que expôs o assunto em causa. -----



Salientou que a votação teria de ser feita em separado, mas que a explicação apresentada pelo Dr. Vítor Picado, valia tanto para o ponto 9 como para o ponto dez.-----

Seguidamente, interveio o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas, Frederico Carvalho, que cumprimentou o Senhor Presidente da Assembleia e todos os presentes na sessão e dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, afirmou que o VIVA iria viabilizar os dois pontos em causa, contudo, a sua votação poderia ser favorável ou abster-se-iam, dependendo “de uma pequena nuance”. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas agradeceu a presença e os esclarecimentos prestados pelo Dr. Vítor Picado e continuando a sua intervenção, referiu que, da leitura que faziam desta proposta, percebiam que estes montantes correspondiam a uma quota do Município de Viana do Alentejo (cerca de 20 ou 22%). -----

Disse, também, que de acordo com o que tinha sido dito, houve alguns custos que não estavam previstos e que podiam ter inflacionado o valor inicial e que havia custos que são considerados despesas elegíveis financiadas, rondando os 85% de participação. Havia outras que eram elegíveis, mas não financiadas, logo a AMCAL teria de adiantar 100%. ----

Neste contexto, questionou o Senhor Presidente da Câmara relativamente às despesas elegíveis financiadas que podiam ir dos 85% aos 100% de financiamento e as elegíveis não financiadas que poderiam ter financiamento. Se assim fosse, disse que “gostaria que houvesse um compromisso de dizer que esse dinheiro estaria garantido e, por uma questão de boa gestão dos recursos financeiros do Município, seria para fazer a amortização do valor do empréstimo. Nessa condição, a bancada o VIVA, votaria favoravelmente, se não houvesse esse compromisso, optariam pela abstenção. -----

O membro Nuno Grave fez também um agradecimento ao Dr. Vítor Picado pelo esclarecimento sobre o assunto em discussão. -----

Referiu que todos se aperceberam da importância do projeto, não só para o nosso Concelho como também para todos os Concelhos que integram a AMCAL e disse que o sucesso daquele projeto se prendia com a sensibilização e campanha a realizar junta das pessoas. Nessa perspetiva, questionou para quando estava previsto o início dessa campanha de divulgação. -----

O Senhor Presidente da Câmara, em resposta ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas, disse que havia um empréstimo que era contraído com um fim. De acordo com os esclarecimentos do Dr. Vítor Picado, a obra teve um custo acrescido na altura. Neste momento, com as novas informações, poderia não ser necessária a verba “com que se estavam a comprometer naquela proposta” e afirmou que “não iriam agarrar naquele dinheiro e fazer outra coisa”. De salientar que aquela situação necessitava de um Visto do Tribunal de Contas para ser aprovado com aquele fim- disse. -----

Para que houvesse um esclarecimento mais pormenorizado, o Senhor Presidente da Câmara solicitou, novamente, a intervenção do Dr. Vítor Picado. -----

No uso da palavra, o Dr. Vítor Picado, começou por agradecer ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas as questões que colocou. -----



Assim, explicou que o rácio dos 20% ou 22% era feito em função dos resíduos entregues pelos Municípios e que este empréstimo estava a ser feito em nome da AMCAL e que relevava para a capacidade de endividamento dos Municípios, de acordo com a proporção que estava a ser utilizada. -----

Quanto ao Tribunal de Contas, disse que “nem sequer dava hipóteses nesse sentido”. O empréstimo para ser aprovado era para fazer face à parte não comparticipada e se tivesse financiamento a 100% ou muito próximo, rapidamente, teriam de liquidar o empréstimo “no sentido terminal”, quer dizer que, a verba não pode ser utilizada para outros fins. -----

O Dr. Vítor Picado disse, ainda que a AMCAL já tinha suportado daquela parte não comparticipada, cerca de 400 mil euros. -----

Salientou que, quando o foi lançado o procedimento, o valor base era de 75 milhões de euros e que tinham aparecido várias empresas interessadas. Ficaram com o Consórcio Painhas e Residel e afirmou que estavam satisfeitos com a escolha porque estas empresas estão muito bem vistas no mercado e “têm dado uma boa resposta às necessidades no terreno”. -----

Referiu, ainda, que havia uma premissa com o Decreto-Lei de 22 de maio de 2022, o qual permitia adjudicar até 20% do valor base e que isso tinha já visto do Tribunal de Contas, pois foi questionada a possibilidade de adjudicação por 1 milhão de euros e, assim, estaria dentro dos 20% previsto na premissa dada pelo Governo no ano anterior, para a utilização de verbas. -----

Assim, disse que o valor “não tinha a ver com a inflação porque era um processo de conceção/construção, o que significava que não iria haver lugar a trabalhos a mais. -----

Disse também que o POSEUR já tinha transmitido que a parte não elegível, já estava elegível, no entanto, não disponibilizam essa verba enquanto a obra não estivesse pronta e até março do ano seguinte tinham de “pôr o porta-aviões a funcionar”. Este é um investimento de 8 milhões de euros, sendo que 4 milhões são para componente de construção civil e os outros 50% são para a componente de equipamento-disse. -----

No que diz respeito à comunicação e sensibilização, afirmou que, no âmbito do porta-a – porta estavam a tratar do Plano de Ação de Resíduos até 2030, “traçando aquele que é um objetivo comum” e iria ser introduzida a componente dos biorresíduos e dizer de forma clara às pessoas que devemos estar centrados naquilo que é o ambiente e o caminho que se tem de percorrer. -----

Continuando a sua intervenção, referiu que era preciso continuar a aprofundar a comunicação e a sensibilização e contou que a AMCAL tinha investido numa primeira fase do porta-a–porta, cerca de 60 mil euros em comunicação e sensibilização e já tinham voltado a investir num projeto com a Sociedade Ponto Verde cerca de 30 mil euros, tendo a AMCAL colocado apenas 6 mil euros, o restante foi comparticipado. -----

Salientou que se devia esclarecer as pessoas e que os Municípios faziam um grande esforço financeiro para acomodar “aquelas que são as insuficiências do nosso comportamento, de uma forma geral e dizer também que, relativamente à taxa de cobertura de gastos, o



Município de Viana do Alentejo estava” na linha” com os Municípios da AMCAL, ultrapassando os 30%, o que era pouco. Isto significava que os Municípios tinham acomodado essa questão no seu orçamento municipal e isso devia ser transmitido às pessoas. -----

O Dr. Vítor Picado alertou, também, para a questão da ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos que podia avisar sobre a insuficiência desta taxa, e que poderia não haver dinheiro dos fundos comunitários, caso esta não aumentasse. Esta seria uma decisão política dos Municípios- disse. -----

Referiu-se ainda à selagem do Aterro, projeto que já vinha do anterior mandato e para o qual já havia financiamento em 85%. Continuavam a precisar de uma célula nova para o aterro e a última vez que tinha havido financiamento para os resíduos indiferenciados tinha sido em 2010. Este seria um grande investimento, por parte dos Municípios- disse. -----

Voltou a intervir o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas e disse que parte da sua comunicação perdia sentido com os esclarecimentos do Senhor Presidente da Câmara e do Dr. Vítor Picado. Contudo, quis deixar algumas considerações, sendo uma o elogio à oportunidade daquele investimento e congratulou-se com aquela iniciativa, afirmando que “era aquele o caminho de futuro”. -----

Quanto à questão do empréstimo, disse que, em seu entendimento, haveria sempre lugar a ressarcimento e solicitou esclarecimento relativamente a este assunto. Colocou, ainda uma questão, por ser do seu interesse pessoal e que se prende com a finalidade desta Central de Valorização Orgânica de Biorresíduos, se esta seria para fins agrícolas ou para capacidade elétrica, sugerindo que esta última fosse uma oportunidade para os Municípios da AMCAL. -----

O Senhor Presidente da Câmara respondeu e disse que já se tinha comprometido e que o Dr. Vítor Picado tinha vindo também confirmar esse compromisso. -----

Seguiu-se a intervenção do Dr. Vítor Picado que disse que “quem se estava a comprometer com o empréstimo era a AMCAL, e era quem avançava também com as verbas. Se houver a certeza de financiamento a 85% é que se vai repercutir nos Municípios. Se estiverem perto dos 100% ou a 100% com o empréstimo, terminam o empréstimo com as verbas por parte do POSEUR. Caso haja ainda o pagamento de 10% ou 15%, parte não participada, a AMCAL poderá utilizar o seu dinheiro de tesouraria. -----

Disse o Dr. Vítor Picado que se não tivessem tido “a boa notícia da parte que se tornou elegível”, a AMCAL tinha capacidade para aguentar a parte não participada, sem recorrer a empréstimo bancário, mas como há uma parte que ainda é necessária, decidiram não arriscar. O passo seguinte será submeter o processo ao Tribunal de Contas e esperar que seja rapidamente agilizado, para que a última fatura de dezembro possa já ser com aquele empréstimo. -----

No que diz respeito aos propósitos da AMCAL, salientou a valorização dos resíduos alimentares, dos resíduos verdes recolhidos para um composto para a agricultura, reduzindo a fatura do Município, em termos de posição em aterro. Em relação ao biogás,



disse haver tubos para tal, mas que era um investimento enorme em função do que se poderia tirar daí. De qualquer forma, seria importante desenvolver essa componente, futuramente. Para já, era importante dar uma resposta em termos dos biorresíduos, existindo já a recolha seletiva- disse. -----

Destacou a importância deste serviço, afirmando que, em poucos meses, o Município de Viana do Alentejo tinha poupado cerca de 11 mil euros e que quanto mais comportamentos de reciclagem formos tendo, mais a Câmara Municipal pode “usar” para intervenções na qualidade de vida dos munícipes-disse. -----

O membro João Antunes usou da palavra e agradeceu as explicações do Dr. Vítor Picado. Referiu-se, depois, ao momento oportuno para a construção deste projeto, que surgiu numa altura em que as sociedades “tomaram conta da gravidade da questão ambiental do Paradigma Ecológico. O aquecimento da terra e as alterações climáticas são o problema número um da humanidade, o qual tem sido levantado pela população mais jovem. -----

Fez alusão aos princípios da “Reciclagem, Redução e Reutilização “, que devem continuar a existir, tendo em conta o efeito “NIMBY” –Not In My Back Yard, expressão que significa, “Não no meu quintal”. Quer dizer que “podem construir aterros, mas não me incomodem”. Neste sentido, o membro João Antunes questionou onde ficaria localizada aquela Central e relativamente aos equipamentos perguntou se estavam previstas a manutenção e reparação de avarias. A concluir, perguntou quando é que se sabia, efetivamente, se a parte não comparticipada iria ser elegível e financiada e referiu-se ao projeto de recolha porta-a-porta, a que o executivo deu início e que já tinha sido “abraçado” pelo anterior executivo. -----

No âmbito do Paradigma Ecológico, a questão é “o que os Municípios podem fazer em termos de criação de empregos verdes”, já que este é o problema número um da humanidade. -----

O Senhor Presidente respondeu que quanto á localização daquela Central, a mesma seria feita no espaço do atual aterro, ligeiramente mais abaixo- disse. -----

Quanto aos empréstimos disse que um deles terá o prazo de 20 anos e o outro de 10 anos, sendo este último referente aos equipamentos. -----

O Dr. Vítor Picado voltou a intervir e disse que o local da Central de Valorização Orgânica seria no espaço do Aterro Sanitário e em relação aos equipamentos, houve aquela diferença no prazo dos empréstimos, tal como referiu o Senhor Presidente da Câmara. Serão, assim, 10 anos, que é o tempo de garantias. Concordou com o membro João Antunes e afirmou que, no procedimento concursal que estavam a desenvolver, já queriam incluir pessoas que pudessem trabalhar, centradas na questão da manutenção, limpeza, lubrificação...- afirmou. O Consórcio também iria dar apoio durante o próximo ano, até estarem aptos a trabalhar com toda a maquinaria. -----

Em relação à parte não comparticipada, disse que, como era do conhecimento de todos, estava-se no fim do quadro comunitário e havia “muita pressa em fazer-se contas”, para se conseguir dizer à União Europeia se se conseguiu ou não utilizar. Assim, disse que “se



dependesse de si, seria no dia 2 de janeiro de 2024, se dependesse do POSEUR, seria um pouco depois, mas os prazos já tinham sido prorrogados de 30 de junho até ao final do ano. Por esse motivo e também porque foi dito que a verba passou a ser elegível, isso estaria relacionado com os prazos dos fundos comunitários. Neste sentido, espera-se que em janeiro ou fevereiro surja essa resposta-afirmou. -----

Referindo-se à Educação Ambiental, considerou-a fundamental e disse que todos estão de acordo em trabalhar nestas questões da sensibilização e da comunicação e voltar ao terreno, colaborando com as escolas, com as Universidades Seniores, entre outros. -----

Informou que tinha um projeto que ia de encontro à criação de “empregos verdes” e já tinha havido uma abordagem aos Municípios e aos Técnicos dos Municípios, no sentido de ser criada uma equipa que pudesse desviar esses móveis do aterro e colocá-los em lojas sociais, de forma a serem reutilizados. -----

Disse, ainda, que estavam a trabalhar com os Municípios na Carta Educativa e nos Planos de Ação, a nível da educação, dando o seu contributo nestas e noutras áreas. -----

Relativamente ao Município de Viana, disse que tem trabalhado com a Engenheira Tânia Delgado, que tem dado um enorme contributo, até para ajudar a refletir sobre a realidade e que se a AMCAL está a ser ouvida em termos nacionais, deve-se não só à própria equipa como também à equipa dos Municípios, que têm contribuído para aquela reflexão. -----

A utilização do composto para a agricultura requer pessoas no terreno para trabalhar com os agricultores e disse que seria realizada uma ação de sensibilização por parte dos Municípios, bem como outras questões que fossem úteis, como é o caso do biogás. -----

Neste momento, em termos do Plano de Ação até 2030, pretende-se tirar o máximo de coisas do Aterro e reintroduzir na Economia Circular-disse. -----

Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia e referiu que o debate e a discussão sobre o assunto em causa serviam de suporte para os pontos números nove e dez da Ordem de Trabalhos. -----

Submetido a votação, o ponto número nove, foi o mesmo aprovado, por unanimidade. -----

Ponto dez) Proposta de aprovação de contratação de empréstimo de M/L prazo no montante de 1.159.851,91€ destinado à componente de Construção Civil do Projeto de Construção da Central de Valorização Orgânica de Biorresíduos a realizar pela AMCAL- Associação de Municípios do Alentejo Central-Tendo sido já esclarecido este ponto da ordem de Trabalhos, o mesmo foi submetido a votação, tendo sido aprovado, por unanimidade.-----

Tratando-se de uma reunião extraordinária, e havendo público presente na sala, o Senhor Presidente da Assembleia abriu o único período destinado à sua participação, não se registando qualquer intervenção.

Passou-se de imediato à leitura da minuta correspondente a esta ata, a qual foi aprovada por unanimidade. -----



O Senhor Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão às vinte e duas horas e quarenta minutos. -----

O Presidente da Assembleia,

O Primeiro Secretário,

O Segundo Secretário,
